

36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT06 – DESIGUALDADE E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

**INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DOS PAIS E FILHOS NA
DETERMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO**

Flavia Pereira Xavier

Elaine Meire Vilela

INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO DOS PAIS E FILHOS NA DETERMINAÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

Flavia Pereira Xavier¹

Elaine Meire Vilela²

1. Introdução

Os recursos familiares são essenciais para as oportunidades dos indivíduos na escola e no mercado de trabalho e essas desigualdades de oportunidade se refletem nas desigualdades de resultados, tais como os rendimentos. Ou seja, as diferenças educacionais e ocupacionais, por exemplo, da geração dos pais são transmitidas às gerações dos filhos, contribuindo para a persistência das desigualdades de rendimentos. Entretanto, os padrões de transmissão dessas desigualdades são diferentes quando consideramos o sexo dos indivíduos.

Complementarmente aos estudos empreendidos anteriormente, investigamos os retornos educacionais sobre os rendimentos do trabalho dos indivíduos, segundo os diferentes níveis educacionais dos pais e das mães separadamente por sexo e cor dos filhos.

Os estudos de mobilidade tradicionalmente utilizam as características paternas como componentes do *background* familiar, considerando estas características como aqueles que melhor caracterizariam as famílias. Em oposição a esta visão, Beller (2009) mostra que as características de pais e mães, conjuntamente, influenciam a origem de classe da família, sendo que esta medida captura melhor os padrões de mobilidade. A medida convencional de origem de classe (composta apenas pelas características paternas) não foi capaz, conforme a autora, de capturar os declínios na fluidez de classe de homens nascidos entre 1965 e 1979 nos Estados Unidos, uma vez que esse declínio, segundo as evidências do estudo, se deve ao aumento da associação entre classe social das mães e destino dos filhos.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG). Contato: flaviapx@ufmg.br.

² Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e Antropologia (DSOA) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH/UFMG). Contato: elainevilela@fafich.ufmg.br.

Neste artigo não construímos uma medida de origem de classe familiar como Beller (2009), mas estimamos separadamente os efeitos diretos do background paterno e materno e suas interações com a escolaridade dos filhos sobre os rendimentos.

Esse artigo é composto de seis seções, além dessa Introdução. Nas duas próximas seções, é apresentada uma discussão sobre o processo de realização de status e as principais teorias sobre determinação de rendimentos, respectivamente. A seguir, na Seção 4, apresentamos a fonte de dados, as variáveis, o modelo utilizado e como foi realizada a imputação dos dados ausentes na base de dados. Na seção 5, são discutidos os resultados empíricos das equações de rendimentos. Na Seção 6, traçamos as principais conclusões deste artigo e a seção 7 contém as referências bibliográficas consultadas.

2. O Processo de Realização de Status

A teoria da industrialização, baseada na tradição funcionalista, estabelece que com o processo de industrialização ocorra uma crescente redução da influência das características atribuídas aos indivíduos (raça, gênero e origem de classe) sobre a realização de status³ dos indivíduos, ou seja, um crescente predomínio de critérios universalistas no sistema de estratificação social (PARSONS, 1970, 1974; DAVIS e MOORE, 1981; TREIMAN, 1970, 1994; BLAU e DUNCAN, 1967, 1994; DUNCAN, 1966; FEATHERMAN e HAUSER, 1994).

Blau e Duncan (1967, 1994) mudam o foco dos estudos de estratificação, buscando compreender as relações causais da mobilidade: i. em que medida o status herdado determina o destino dos indivíduos e; ii. em que medida as posições iniciais nas hierarquias de status afetam os níveis posteriores de obtenção de status. Os autores usam as categorias parsonianas que caracterizam a sociedade moderna (meritocracia) para desenvolverem a hipótese de que a tendência dessas sociedades é sofrer um aumento da influência do status adquirido e uma queda do status atribuído⁴.

³ Realização de status é um processo pelo qual os indivíduos são alocados em posições desejáveis. Muitos fatores afetam os resultados, dentre eles, a origem familiar, o alcance educacional do indivíduo, a posição na qual ele se inseriu no mercado de trabalho, assim como suas características adscritivas (cor e sexo) e outros fatores tais como região de moradia que lhe permitiram oportunidades de escolhas.

⁴ Os termos atribuição (ascription) e aquisição (achievement) foram introduzidos por Ralph Linton (1959) para analisar posições dentro de uma sociedade. Ambos os termos referem-se ao termo status que é um conjunto de direitos e obrigações que especifica as atividades esperadas dos indivíduos incumbidos de uma

Os autores construíram uma escala de status socioeconômico a partir dos títulos ocupacionais. Esta construção metodológica implica em admitir o pressuposto que a estrutura ocupacional é mais ou menos continuamente gradativa com relação ao status mais do que um conjunto discreto de classes (Blau e Duncan, 1994).

Haller e Portes (1969) consideram que o modelo de Blau e Duncan contribuiu para sistematizar as relações causais da mobilidade, entretanto, não responde suficientemente os processos pelos quais o status de origem afeta o status de destino, seja este educacional ou ocupacional e, além disso, como se dá a relação entre a aquisição de status e a performance acadêmica. A abordagem proposta pelos autores, baseada no referencial do interacionismo simbólico e conhecida como “Modelo de Wisconsin”, propõe a inclusão de variáveis psicossociais (aspirações, papel dos outros significantes), além das sócio-estruturais trabalhadas por Blau e Duncan (escolaridade e ocupação dos pais, escolaridade e primeira ocupação dos filhos).

As conclusões, em síntese, mostram que o alcance socioeconômico dos filhos depende do status socioeconômico dos pais, assim como das expectativas dos pais quanto ao alcance educacional ou ocupacional de seus filhos. Uma parte do efeito da origem sobre o destino dá-se pela expectativa dos outros significantes que também é influenciada pelas outras variáveis estruturais (HALLER e PORTES, 1969).

O grande mérito da teoria de realização de status foi buscar explicar a educação não meramente do ponto de vista econômico, mas ressaltar a sua importância nas estruturas ocupacionais. Adicionalmente, foram Blau e Duncan que sistematizaram as relações causais da aquisição de status.

Por um lado, modelos próximos aos de Blau e Duncan podem ser empregados para captar as principais tendências nos processos de realização ocupacional e diagnosticar desvios significantes (problemas sociais) de subgrupos específicos. Por outro lado, os modelos que seguem o “Modelo de Wisconsin” poderão ser úteis na identificação dos caminhos da realização de status e da sequência onde os problemas sociais ocorrem e no isolamento das junções nas quais a intervenção social pode atuar de modo mais efetivo (HALLER e PORTES, 1969).

posição social. Os dois termos buscam distinguir o status que o indivíduo recebe em troca de seus próprios esforços daquele estabelecido pelo nascimento (Haller e Saraiva, 1991).

Muitos trabalhos aplicaram o modelo de alocação de status no Brasil (HALLER e SARAIVA, 1991; AGUIAR, 2007; VILELA, 2008; HELAL; 2008; XAVIER, 2011). Entendemos neste artigo, assim como Silva (2003) que a distribuição dos rendimentos do trabalho, assim como a posição do indivíduo na estrutura ocupacional, são dimensões de uma etapa do ciclo de vida dos sujeitos na qual estes se encontram já adultos, assumindo plenamente um status próprio e autônomo. Esta etapa é chamada de realização de status.

A Realização de Status depende de outras etapas do ciclo de vida social. A Origem Familiar é o ponto inicial desse ciclo, no qual identificamos os recursos disponíveis aos membros da família, em termos de capital social (estrutura e composição familiar, bem como suas redes de relações), capital econômico (recursos econômicos) e capital cultural (recursos educacionais dos familiares e consumo cultural) (SILVA, 2003).

A Internalização de Recursos é a segunda fase do ciclo de vida social correspondente à infância e adolescência, na qual as diferenças na situação de origem são internalizadas. Questões como taxas de mortalidade infantil, acesso à pré-escola e a escolarização formal caracterizam essa etapa do processo (SILVA, 2003).

A autonomização de status corresponde à fase do ciclo de vida na qual o jovem começa a adquirir status social próprio envolvendo essencialmente duas dimensões: inserção no mercado de trabalho e escolha marital (escolha do cônjuge e constituição de uma nova família) (SILVA, 2003).

Todas as etapas do ciclo de vida social são importantes para a compreensão do estado, composição e formação das desigualdades. A desigualdade de rendimentos implicará, nas gerações futuras, as condições econômicas familiares que afetarão as outras etapas do ciclo.

São as desigualdades de rendimentos essenciais para o nível de desigualdade geral e pobreza da população. Além de um problema social com implicações para o funcionamento da economia e para o equilíbrio político do Estado, as desigualdades sociais constituem um problema analítico que diz respeito a questões centrais, tais como: estratificação social, fundamentos da coesão social, legitimação do *status quo*, mudança e adaptação das organizações sociais.

Na próxima seção apresentaremos as principais teorias sobre diferenciais de rendimentos. São diversos fatores que contribuem para as desigualdades de rendimentos do trabalho, desde características pessoais (produtiva ou não) até características estruturais do mercado de trabalho. O argumento que tem sido desenvolvido neste artigo é que além desses fatores, a origem familiar também deve ser considerada, especialmente, quando se busca evidenciar a reprodução das desigualdades.

3. Determinantes dos Rendimentos

Podemos considerar que os rendimentos do trabalho variam segundo um conjunto de fatores: i) pelas diferenças adquiridas pelos indivíduos no que tange aos seus atributos produtivos (escolaridade e experiência, por exemplo); ii) pela discriminação no mercado de trabalho, ou seja, pelas diferenças de remuneração entre dois postos de trabalho idênticos, ocupados por trabalhadores com produtividade idêntica (cor e sexo, por exemplo); iii) pela segmentação do mercado de trabalho, ou seja, pelas diferenças de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, ocupados por trabalhadores idênticos com base nas características do posto de trabalho (setor de atividade econômica, posição na ocupação, áreas geográficas, setor formal ou informal, por exemplo) e; iv) pela geração de retorno às características observadas do trabalho, dado o posto de trabalho, ou seja, pelos diferenciais compensatórios (risco, insalubridade, por exemplo). Quando o mercado remunera os indivíduos baseado em atributos não produtivos (cor e sexo, por exemplo) ou via segmentação (setores, etc.) funciona como um gerador de desigualdades.

Os retornos salariais das chamadas características produtivas, tais como escolaridade e experiência, foram as mais estudadas e, para o Brasil, as taxas de retorno são expressivas, mesmo quando a equação salarial é controlada pelo *background* familiar (Coelho e Corseuil, 2002; Xavier, 2009).

A desigualdade de rendimentos vem sendo estudada predominantemente como função do capital humano, principalmente escolaridade e experiência, seguindo o modelo proposto por Mincer (1958; 1974).

Schultz (1973) desenvolve as ideias de Mincer sobre os determinantes dos rendimentos identificando os fatores constituintes do investimento em capital humano, ou seja, os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a

consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos. Capital humano pode ser definido como o valor adicionado para um trabalhador quando ele adquire conhecimento, habilidades úteis para o empregador no processo de troca.

Fundamentando-se também nos pressupostos da teoria neoclássica, Becker (1964) elaborou o conceito de capital humano. A escolaridade e a experiência são compreendidas como estoque de capital humano (habilidade e capacidades produtivas) e influenciam diretamente a produtividade individual, elevando os salários e contribuindo para o desenvolvimento econômico nacional. Neste sentido, a conquista de postos de trabalho dependeria fundamentalmente do estoque de capital humano, sendo este realizado pelo investimento pessoal dos indivíduos (SCHULTZ, 1973).

A Teoria do Credencialismo e a Teoria da Reprodução Social (ver COLLINS, 1979; THURLOW, 1975 e 1977; BOWLES e GINTIS, 2000; BOURDIEU, 2003) compreendem diferentemente o que representa a escolaridade. Todas essas teorias apontam como a escolaridade, variável com grande poder explicativo nas equações salariais, pode ser entendida como um fator que reflete o *background* social do indivíduo e a própria estrutura do mercado de trabalho.

Langoni (1973) analisa as desigualdades de renda do Brasil a partir dos censos demográficos de 1960 e 1970. O autor encontra que o crescimento econômico beneficiou desproporcionalmente os grupos de renda, favorecendo especialmente aqueles que já detinham a maior renda. Para além da análise sobre determinação de rendimentos com as informações disponíveis nas bases de dados, o autor levanta a questão sobre a proporção das diferenças individuais não explicadas pelas variáveis incluídas nos modelos estimados. Esta variação não explicada poderia ser atribuída à origem social dos indivíduos e, mesmo, parte do efeito da educação sobre os rendimentos poderia incluir um efeito indireto da origem, na medida em que a herança familiar determinaria o alcance educacional.

Para o autor, Becker (1964) ao formalizar a teoria do capital humano sugere uma relação causal inequívoca entre educação e renda, sendo que os diferenciais de renda poderiam ser atribuídos aos diferenciais educacionais. Entretanto, se por um lado, a teoria do capital humano não defende que a herança familiar ou a “inteligência” dos indivíduos devam ser ignoradas na explicação dos diferenciais de renda, por outro lado, quando o

indivíduo ingressa no mercado de trabalho a influência dessas variáveis é refletida pelo efeito da variável educação.

Além disso, com o crescimento econômico, mesmo que este não distribua proporcionalmente a renda entre diversos grupos no começo de sua expansão, a importância relativa da herança familiar tende a diminuir. O processo de desenvolvimento econômico vem acompanhado da ampliação do setor educacional, do volume das informações, da participação da mulher no mercado de trabalho e do aumento de níveis mínimos de nutrição, fatores que contribuem, portanto, para a diminuição do efeito da origem social sobre a renda e mesmo sobre a habilidade e desempenho escolar das crianças. Complementarmente, a influência da educação cresce com o desenvolvimento econômico, na medida em que quanto mais dinâmica é a economia, maiores as possibilidades de realização dos efeitos alocativos da educação – o impacto da educação aumenta sobre a produtividade do indivíduo em economias mais dinâmicas. Em outras palavras, no início do desenvolvimento econômico, como no Brasil nas décadas analisadas, o acesso a mais informações pelos indivíduos provenientes de famílias com maior estoque de capital físico e humano pode ter influência na renda destes indivíduos, principalmente para aqueles com alto grau de escolaridade, mas também, na medida em que o sistema escolar torna-se mais universalista e eficiente, os indivíduos provenientes das classes mais pobres serão estimulados a permanecerem na escola porque, ao contrário dos filhos das classes mais ricas, só possuem o capital humano como fonte de rendimentos (Langoni, 1973).

Lam e Schoeni (1993) ao analisarem uma amostra de homens entre 30 e 55 anos no Brasil identificaram efeitos significativos da escolaridade dos pais, esposas e sogros sobre os salários dos indivíduos da amostra analisada. Adicionalmente, observaram que o efeito da escolaridade do indivíduo diminui cerca de $1/4$ a $1/3$ quando as variáveis de origem familiar são incluídas da equação de salários. Os autores incluem originalmente a escolaridade das esposas e dos seus pais para estimação dos salários dos maridos, tomando como pressuposto que as características dos cônjuges são altamente correlacionadas no Brasil, especialmente a escolaridade, em torno de 0,77. A escolaridade dos pais pode ser tomada como um sinal de características não observadas, tal como a habilidade. Já a escolaridade do sogro tende a estar altamente correlacionada aos fatores, herdados ou não, determinantes dos salários.

No estudo sobre o Brasil, Haller e Saraiva (1991) encontraram que de 1973 para 1982 há uma grande tendência do status familiar ser transmitido via educação do indivíduo. Este achado fortalece a hipótese de Sorokin (2001) que os critérios de estratificação mudam, mas a fluidez não. A modernização levou a um aumento do efeito da escolaridade, mas isso não significou uma mudança nos padrões de estratificação, já que os estratos superiores na hierarquia social monopolizam os níveis mais altos da educação de qualidade. O efeito do status familiar é mais indireto sobre o status sócio-ocupacional do indivíduo, ou seja, dá-se por meio do acesso privilegiado no sistema educacional. Os autores encontram evidências de que a origem social afeta mais o alcance educacional do que o alcance ocupacional e este mais do que os rendimentos. Além disso, mostram que para as mulheres o efeito da origem mediado pela educação é maior do que para os homens, ou seja, o alcance ocupacional e os rendimentos femininos são mais dependentes da escolaridade. O trabalho de Haller e Saraiva (1991) levantam importantes questões sobre as diferenças no processo de transmissão de status quando o gênero é considerado.

Obviamente que questionamentos sobre as medidas de status ocupacional devem ser feitas, sobretudo quando consideramos se estas classificações são capazes de refletir as diferenças de inserção no mercado de trabalho e as mudanças na taxa de participação das mulheres. Os índices socioeconômicos das ocupações são índices compostos construídos a partir da renda e escolaridade de cada título ocupacional e baseados na população masculina ocupada. Como sabemos que as mulheres, para um título ocupacional equivalente ao dos homens, possuem mais escolaridade e auferem menores rendimentos, a aplicação de um índice composto para estudar diferenças entre gêneros não parece imediata. Isto significa dizer que o índice ocupacional masculino é mais homogêneo, o que resulta em correlações mais altas com o status ocupacional dos pais. Uma alternativa seria a não aplicação de índices compostos e a utilização do nível de rendimento ou educação por ocupação. Lidamos essencialmente com dois problemas ao utilizar um índice composto: quando os seus componentes são homogêneos em suas causas, consequências e correlações, então o índice composto não é vantajoso em relação aos seus componentes e; quando seus componentes são heterogêneos, os resultados com base em neste índice composto irá variar arbitrariamente como uma função da

ponderação dos seus componentes (WARREN, SHERIDAN, HAUSER, 1998; HAUSER, WARREN, 1996).

Aguiar et al (2007) para analisarem o efeito independente da posição ocupacional das mães sobre as oportunidades sociais de seus filhos e filhas na Região Metropolitana de Belo Horizonte e, ao mesmo tempo, evitar o problema da reduzida participação das mulheres no mercado de trabalho nas gerações anteriores, atribuíram àquelas que foram classificadas como donas-de-casa o valor do índice de status predito pela escolaridade daquelas mulheres que participavam do mercado de trabalho.⁵ Os autores mostram que as mulheres não dependem da origem social para alcance ocupacional (não depende do status ocupacional do pai, da mãe ou da condição de dona-de-casa da mãe), contrariando os achados de Haller e Saraiva (1991) para o Brasil que acharam efeitos significativos da origem social no alcance ocupacional tanto de homens quanto de mulheres. Por outro lado, os achados foram convergentes ao mostrarem que a educação é mais importante no alcance ocupacional das mulheres e que o alcance educacional feminino depende ligeiramente mais da origem socioeconômica.

Ramos e Reis (2009), utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1996, analisaram os retornos educacionais sobre os rendimentos segundo os diferentes níveis de escolaridade dos pais. Os autores encontraram que os indivíduos ocupados cujos pais alcançaram níveis mais altos de escolaridade tendem a apresentar maiores retornos à escolaridade do que aqueles cujos pais adquiriram poucos anos de escolaridade. Além disso, encontraram evidências de que as desigualdades de rendimentos seriam substancialmente menores se todos os ocupados possuísem os mesmos retornos à escolaridade do que aqueles com pais mais escolarizados.

Xavier et ali (2009), comparando os dados brasileiros de 1982 e 1996, verificaram que as variáveis de herança familiar tanto para a estimação da renda quanto para a estimação do status socioeconômico das ocupações apresentaram um padrão constante. Já a escolaridade apresenta um efeito declinante de um ano para o outro nas duas variáveis. Segundo as autoras, a escolaridade possui alta associação positiva com a renda

⁵ O índice de status ocupacional se aplica àqueles indivíduos que estão na condição de ocupados no mercado de trabalho, portanto, não são considerados desempregados e inativos, nestes últimos se inserem as donas-de-casa. Uma solução possível é a adotada por Aguiar et al (2007) para a atribuição de do valor predito para casos ausentes. Outra solução seria buscar outros métodos de imputação, tal como a imputação múltipla. Ou, por fim, utilizar como *proxy* para a origem social de pais e mães a sua escolaridade que possui menos dados ausentes. Esta última estratégia foi a utilizada neste artigo.

e com a ocupação dos indivíduos, mas pela análise dos anos de estudos em separado, pode se observar que nem todos os anos de estudos possuem um efeito diferente estatisticamente significativo de seus precedentes como poderia supor a teoria do capital humano. Também pela observação de picos em anos de credenciais, não é possível rejeitar a hipótese do Credencialismo⁶. Assim também, apareceram anos que não correspondem anos a credenciais, mas que foram significativos, indicando que não são somente anos referentes a credenciais os responsáveis pela incrementação da renda. Pelos resultados, concluem as autoras, é possível rejeitar a hipótese da existência da meritocracia, na qual a educação não perderia seu efeito e que as variáveis de herança familiar deveriam perder efeito à medida que a educação é expandida.

Desde Blau e Duncan, afirma Granovetter (1981), a maioria dos sociólogos que estudam alocação de status ou determinação de rendimentos centrou-se em modelos de equações estruturais; a maioria dos quais tem difundido que a aquisição de status ou de rendimentos é causada principalmente pelo *background* do indivíduo, características pessoais e níveis de alcance. Pouca atenção foi dada a empregados e empregadores ou ao chamado “processo de emparelhamento” (*matching process*). Como as características pessoais geram as diferenças entre rendimentos e ocupações é uma questão explicada somente pela decomposição de trajetórias de efeitos particulares.

Portanto, para Granovetter (1981), tanto a teoria de realização de status quanto a teoria do capital humano são similares na atenção exclusiva às características e decisões individuais e na negligência sobre a natureza dos empregos do “processo de emparelhamento”. O autor vai defender a tese de que a análise dos rendimentos deve contemplar tanto o lado da oferta quanto o da demanda da mão-de-obra. Empregadores assim como empregados pesquisam e empregados assim como empregadores tentam ler os sinais do outro lado do mercado de trabalho. No lado da oferta, as decisões estão imersas em aspectos não econômicos da realidade social, por isso não é provável que

⁶ Collins (1979) aponta justamente que o mercado de trabalho não é um mercado de informações perfeitas e a escolaridade é usada como um fator extra-mercado para reduzir os custos de seleção da mão-de-obra, funcionando como credencial e não necessariamente representando um aumento na produtividade marginal do trabalho, tal como prediz a Teoria do Capital Humano.

estas decisões sejam tomadas por indivíduos isolados, atomizados e influenciados por outros ao seu redor⁷.

A partir dessas discussões buscamos testar as seguintes hipóteses: 1) o nível educacional do pai e da mãe afetam positivamente os rendimentos dos indivíduos; 2) os efeitos da escolaridade do pai e da mãe são diferentes para filhos e filhas, bem como para negros e brancos e; 3) há um efeito moderador da escolaridade do pai e da mãe sobre a escolaridade de filhos e filhas na determinação dos rendimentos do trabalho.

4. Metodologia

4.1. Dados e variáveis

Os dados utilizados foram provenientes do *survey* realizado em 2008 pelo Projeto “A Dimensão Social das Desigualdades: Sistema de Indicadores de Estratificação e Mobilidade Social”, integrante do Programa Instituto do Milênio – CNPq.

A variável dependente (Y_i) é o logaritmo natural dos rendimentos mensais do trabalho divididos pelas horas trabalhadas mensalmente.

As variáveis independentes estão apresentadas no quadro abaixo:

QUADRO I – Variáveis independentes

⁷ O que Granovetter (1981) considera é que, mesmo os estudos que buscam analisar a variação segundo regiões, setores e classes sociais, ainda dão explícita prioridade causal a variáveis individuais, sem pensar em integrar estas às características do emprego ou do “processo de emparelhamento”. Um problema que vale destacar é que não há dados nacionais disponíveis para analisar os efeitos intraorganizacionais na promoção dentro das empresas e para analisar outros processos internos de seleção e contratação de mão-de-obra.

| Variáveis | Tipo | Descrição |
|---|-----------|---|
| <i>Escolaridade</i> | Discreta | Anos de estudos completados com sucesso (0 a 16 anos) |
| <i>Experiência</i> | Contínua* | Idade (em anos) atual do indivíduo menos a idade em que começou a trabalhar. Centralizada pela média amostral. ** |
| <i>Experiência ao quadrado***</i> | Contínua* | Experiência centralizada elevada ao quadrado. |
| <i>Sexo</i> | Binária | Homens=1 e Mulheres=0 |
| <i>Cor</i> | Binária | Branco=1 e Negros=0 |
| <i>Norte****</i> | Binária | Norte=1 e outras regiões=0 |
| <i>Nodeste****</i> | Binária | Nordeste=1 e outras regiões=0 |
| <i>Sul****</i> | Binária | Sul=1 e outras regiões=0 |
| <i>Centro-Oeste****</i> | Binária | Centro-Oeste=1 e outras regiões=0 |
| <i>Empregados no Setor Público*****</i> | Binária | Empregados no setor público=1 e outras posições=0 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada*****</i> | Binária | Empregados com carteira assinada=1 e outras posições=0 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria*****</i> | Binária | Trabalhadores por conta própria=1 e outras posições=0 |
| <i>Empregadores*****</i> | Binária | Empregadores=1 e outras posições=0 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | Discreta | Índice de Status Socioeconômico das Ocupações (ISEI) desenvolvido por Ganzeboom et al (1992). Escala de 0 a 100 pontos. |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | Discreta | Anos de estudos completados com sucesso (0 a 16 anos) |
| <i>Escolaridade do pai</i> | Discreta | Anos de estudos completados com sucesso (0 a 16 anos) |
| * Originalmente a variável era discreta (0 a 59 anos), após a centralização obtivemos um intervalo contínuo de dados de -20,66 a 38,34 anos. O mesmo se dá com variável experiência ao quadrado que varia de 0,12 a 1470,23 anos ao quadrado. | | |
| ** A variável é centralizada, ou seja, é dada como desvio em relação à sua média. A razão para usar a variável centralizada numa equação polinomial é que X e X ao quadrado são altamente correlacionados, na nossa equação experiência e experiência ao quadrado. Trabalhando-se com variáveis centralizadas reduz-se a multicolinearidade substancialmente. | | |
| *** Inclui-se o termo quadrático da experiência, pois os retornos à experiência variam ao longo do ciclo da vida. | | |
| **** Categoria de referência: Sudeste | | |
| ***** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada | | |

Embora os status ocupacionais do pai e da mãe sejam amplamente utilizados nos modelos de transmissão de status como medida da origem familiar, não os incluímos na análise porque o ajuste do modelo com estas variáveis foi pior do que o do modelo sem a sua inclusão (ver Apêndice). O R^2 ajustado do modelo sem o status do pai e da mãe foi igual a 0,399 e o R^2 ajustado do modelo com o status do pai e da mãe foi igual a 0,388, quando comparamos os modelos sem imputação dos dados ausentes. Outro motivo para a não inclusão é que tanto no modelo sem imputação quanto no modelo com imputação, as variáveis de status ocupacional do pai e da mãe não foram significativas. Reforça essa decisão, o fato do status ocupacional da mãe conter um elevado percentual de casos ausentes (50,5% do total), o que poderia nos levar a resultados não confiáveis, mesmo depois da imputação dos valores ausentes.

4.2. Especificação do modelo

Utilizamos o modelo de regressão linear múltipla, estimado pelo Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). A equação dos rendimentos por hora é dado por:

$$\ln\left(\frac{\text{renda}}{\text{hora}}\right) = b_0 + b_1(\text{Escol.}) + b_2(\text{Exper.}) + b_3(\text{Exper.})^2 + b_4(\text{Sexo}) + b_5(\text{Cor}) \\ + b_6(\text{NO}) + b_7(\text{NE}) + b_8(\text{Sul}) + b_9(\text{CO}) + b_{10}(\text{Emp. Setor Pub.}) \\ + b_{11}(\text{Emp. Cart. Ass.}) + b_{12}(\text{Conta própria}) + b_{13}(\text{Empregadores}) \\ + b_{14}(\text{ISEI}) + b_{15}(\text{Escol. mãe}) + b_{16}(\text{Escol. pai}) + e$$

Onde,

b_0 = intercepto. Valor médio do logaritmo dos rendimentos por hora independentemente das variáveis, ou seja, quando todas as variáveis independentes forem iguais a zero.

b_1 a b_{16} = variação de X em relação à unidade de variação de Y, ou seja, é o efeito de cada variável independente sobre o logaritmo do rendimento por hora.

e = resíduos.

4.3. Imputação de dados ausentes

É muito comum, em bancos de dados de pesquisa de survey, encontrarmos observações sem respostas. Isto se torna um problema para a pesquisa, principalmente se, ao excluirmos os casos inválidos, as observações completas que permanecerem no banco de análise não representarem a população de interesse. Nesse caso, os estimadores estatísticos de análise tornam-se enviesados. Além disto, com a exclusão dos casos faltantes, os estimadores terão erros padrões maiores e intervalos de confiança mais extensos e menos fortes acarretando em estimadores ineficientes (Statacorp, 2011).

Para solucionar tais problemas, a literatura, no início dos anos 70, propôs a técnica de imputação múltipla. A imputação múltipla (IM) refere-se a um conjunto de valores plausíveis para os casos sem respostas (Statacorp, 2011). Basicamente, a IM é uma técnica de tratamento dos dados inválidos e consiste em três passos: i) primeiro ela imputa os dados; ii) segundo, analisa as imputações; iii) e terceiro, cria a imputação com

os resultados finais. A IM é preferível à imputação única porque ela considera a variabilidade dos resultados das imputações, o que não o faz a imputação única (Nunes, Kluck, Fachel, 2010).

No caso do presente trabalho, observamos que as variáveis escolaridade (do indivíduo e de seus pais) e índice socioeconômico ocupacional (do indivíduo e dos pais⁸) continham diversas observações sem respostas⁹. Usando a técnica de imputação múltipla, obtemos os valores plausíveis para tais casos. Para chegarmos a tais valores, utilizamos: i) o modelo de imputação múltipla MVN (Multivariate Normal Regression) para valores inválidos arbitrários e variáveis contínuas; ii) a técnica de reprodução de resultados a partir uma tabela de números aleatórios; iii) o comando de vinte imputações para cada valor inválido nas variáveis a serem imputadas¹⁰; iii) o resultado combinado das vinte imputações feitas nos modelos separadamente.

Comparando-se o modelo sem imputação com o modelo com imputação, em geral, os coeficientes e significâncias apresentaram ligeiras diferenças. Por exemplo, os efeitos da educação do pai e da mãe, no modelo sem imputação e sem ISEI do pai e da mãe (Apêndice), foram ligeiramente maiores do que no modelo com imputação e também sem ISEI do pai e da mãe (Tabela 1), bem como a significância das variáveis em questão foram diferentes.

5. Resultados

⁸ Embora tenhamos feito a imputação múltipla para os índices socioeconômicos ocupacionais do pai e da mãe do indivíduo, essas variáveis não foram incluídas no modelo final de análise, uma vez que o modelo sem a inclusão dessas variáveis obteve um ajuste melhor e também não foram estatisticamente significativas (ver Apêndice).

⁹ Veja quadro em apêndice com os percentuais de observações sem respostas para cada variável.

¹⁰ Para maior compreensão dos passos e comandos do modelo de imputação múltipla mvn, verificar Statacorp (2011)

5.1.Efeitos diretos da origem familiar sobre os rendimentos

Embora os efeitos da escolaridade dos pais e das mães sejam pequenos, eles são estatisticamente significativos (nível de significância abaixo de 5%). Este efeito era o esperado, tendo em vista que os achados anteriores mostram que a origem familiar (seja ela medida pela educação, seja por status ocupacional) afeta os rendimentos principalmente via educação.

A escolaridade é a variável com maior impacto nos rendimentos. Cada ano a mais de escolaridade eleva, em média, 7,78% os rendimentos, mantendo-se constante as outras variáveis. Os altos retornos à escolaridade, segundo o argumento neoclássico, é uma consequência das altas rendas esperadas onde há escassez relativa de capital humano e, por outro lado, onde um alto grau de industrialização coexiste com uma média educacional baixa (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1973). Ao contrário, as teorias críticas a esta visão veem estes altos retornos à escolaridade como consequência de uma série de vieses que lhes sobrevalorizam (COLLINS, 1979; THUROW, 1975 e 1977; BOWLES e GINTIS, 2000).

Ramos (2007) encontra que entre 1995 e 2005, a idade e a escolaridade foram a fonte de distribuição mais importante para a explicação da desigualdade de rendimentos. A evolução ascendente da média e descendente da desigualdade educacional entre os ocupados contribuiu para a redução das desigualdades e para a elevação da média dos rendimentos.

Além desses fatores relacionados às características produtivas dos indivíduos podemos analisar os fatores pelos quais o mercado de trabalho age como gerador das desigualdades: a discriminação e a segmentação.

O termo discriminação refere-se principalmente aos diferenciais de rendimentos entre grupos de cor e sexo e pode ser definido como a situação em que pessoas igualmente produtivas são avaliadas diferentemente pelo mercado com base no grupo ao qual pertencem. Existirá, ainda, discriminação no mercado de trabalho, se as pessoas são diferenciadas pelo mercado com base em atributos não produtivos (FERREIRA, 2000). Justamente pela assimetria de informações, a discriminação estatística (tipo de discriminação que afeta grandemente as mulheres) acontece quando o empregador infere

sobre a produtividade individual, a partir da produtividade do grupo. Já o termo segmentação, de modo amplo, significa a existência de mercados de trabalho distintos.

A segregação por sexo relaciona-se à concentração de trabalhadores em determinados setores ou ocupações, difere-se da discriminação, apesar de que parte do efeito de segregação advém da discriminação. A segregação sexual, historicamente, fundamentou ocupações predominantemente femininas, tais como os serviços sociais de educação e saúde, além dos serviços domésticos. Observa-se que as ocupações desempenhadas por mulheres possuem piores ganhos e maior rotatividade se comparada àquelas desempenhadas por homens. Ressalta-se que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho vem acompanhado pela necessidade de incremento da renda familiar e pelo aumento do número de mulheres, principalmente entre as de classe baixa, na chefia dos domicílios.

Além do sexo, a cor da pele é uma das características adscritivas – ou chamadas de características pessoais não produtivas – importantes para a compreensão das desigualdades de rendimentos e a discriminação no mercado de trabalho.

Hasenbalg (1979) afirma que as sociedades de classe dão uma nova função a discriminação racial: desqualificam os grupos não-brancos para a competição para as posições sociais altamente desejadas que são um resultado do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes. Conforme o autor, não há evidências de que a industrialização e o desenvolvimento capitalista eliminaram a raça como critério de estratificação no sistema produtivo. A discriminação deve ser interpretada em função dos interesses simbólicos e materiais do grupo dominante: os brancos. O desenvolvimento econômico traz mais competição social e econômica entre os indivíduos na busca pela aquisição de melhores oportunidades.

As características adscritivas dos indivíduos também foram significativas conforme os nossos achados. O fato de ser homem eleva os rendimentos em 46,88% em relação às mulheres e o fato de ser branco eleva em 10,26% em relação aos negros. Vale ressaltar que boa parte do diferencial de rendimentos entre brancos e negros deve-se às diferenças de escolaridade entre os dois grupos, ou seja, os negros possuem uma remuneração mais baixa em razão da valorização das características por eles adquiridas antes da entrada no mercado de trabalho.

A posição dos indivíduos na estrutura ocupacional gera diferenças nos rendimentos e interfere, fortemente, no nível de desigualdade entre os indivíduos, uma vez que o mercado de trabalho é o maior responsável pela distribuição da renda. Este diferencial de remuneração pode ser observado pelos efeitos das posições na ocupação (empregados no setor público, empregados com carteira, conta própria e empregadores comparados aos empregados sem carteira) e pelo índice do status ocupacional dos indivíduos. Este último pressupõe uma gradação na estrutura ocupacional. Assim, quanto maior o status ocupacional maiores são os rendimentos.

Este primeiro modelo aponta a direção dos principais determinantes dos diferenciais de rendimentos. Dado que encontramos que as variáveis de origem familiar são significativas, importa agora saber se esses efeitos são diferentes por sexo e por cor, ou seja, se os padrões de transmissão da educação dos pais e das mães dão-se diferentemente entre filhos e filhas entre brancos e negros e se há um efeito moderador (interação) da escolaridade de pais e mães sobre a escolaridade dos filhos e filhas. Estes efeitos serão analisados nos próximos modelos.

Tabela 1 – Efeitos diretos da origem familiar sobre os rendimentos

| | Constante | Significância | Incremento percentual* |
|--|-----------|---------------|------------------------|
| <i>Escolaridade</i> | 0,075 | 0,000 | 7,78 |
| <i>Experiência</i> | 0,013 | 0,000 | 1,32 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | 0,000 | 0,000 | -0,04 |
| <i>Sexo</i> | 0,384 | 0,000 | 46,88 |
| <i>Cor</i> | 0,098 | 0,001 | 10,26 |
| <i>Norte**</i> | -0,449 | 0,000 | -36,18 |
| <i>Nodeste**</i> | -0,503 | 0,000 | -39,52 |
| <i>Sul**</i> | 0,088 | 0,023 | 9,16 |
| <i>Centro-Oeste**</i> | 0,060 | 0,249 | 6,21 |
| <i>Empregados no Setor Público***</i> | 0,807 | 0,000 | 124,04 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada***</i> | 0,454 | 0,000 | 57,44 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria***</i> | -0,149 | 0,001 | -13,88 |
| <i>Empregadores***</i> | 0,664 | 0,000 | 94,25 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,013 | 0,000 | 1,29 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | 0,011 | 0,036 | 1,12 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 0,012 | 0,038 | 1,23 |
| Constante | -0,392 | 0,000 | 0,68 |
| <i>N</i> | 4830 | | |
| *Para determinar o efeito de cada variável em termos percentuais, basta realizar o seguinte cálculo $[Exp(b)-1]*100$. Para encontrar o valor da constante, ou seja, o rendimento médio por hora (em R\$) independentemente das variáveis independentes, basta realizar o seguinte cálculo $Exp(b)$ (GUJARATI, 2000, p.172-173). | | | |
| ** Categoria de referência: Sudeste | | | |
| *** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada | | | |

5.2. Interação entre origem familiar e escolaridade dos filhos (as)

O valor captado pelo termo interativo não representa estritamente a magnitude de um efeito, mas expressa *como um efeito muda*, ou seja, ele corresponde a um *efeito sobre um efeito*. Os termos interativos construídos neste trabalho correspondem à multiplicação da escolaridade do pai pela escolaridade dos filhos (as) e da escolaridade da mãe pela escolaridade dos filhos (as). O que importa nos modelos com termos interativos é a própria interação e não os coeficientes das variáveis originais. Portanto, nos limitaremos a analisar apenas os termos das tabelas 2 e 3.

Tanto o termo interativo entre escolaridade do pai e escolaridade dos filhos (as) (tabela 2), quanto o termo entre escolaridade da mãe e escolaridade dos filhos (as) foram estatisticamente significativos (ao nível de 5% de significância). Cada ano a mais de escolaridade do pai aumenta o efeito da escolaridade do filho (a) sobre os rendimentos em 0,21% e cada ano a mais de escolaridade da mãe aumenta o efeito da escolaridade do filho (a) em 0,24%. Ou seja, os indivíduos cujos pais e mães alcançaram níveis mais altos de escolaridade possuem mais retornos à escolaridade. Além da educação de pais e mães influenciar diretamente os rendimentos, as características de ambos também possuem efeitos moderadores sobre a escolaridade dos filhos (as). A partir desses resultados, a seguir observaremos como se dão os padrões de transmissão da origem familiar por sexo. Isto equivale a indagar se os mecanismos de transmissão da escolaridade são diferentes entre os homens e mulheres, ou seja, a herança cultural de pais e mães é igualmente importante na determinação de rendimentos de filhos e filhas?

Tabela 2 – Interação entre escolaridade do pai e escolaridade dos filhos(as)

| | Constante | Significância | Incremento percentual* |
|--|-----------|---------------|------------------------|
| <i>Escolaridade</i> | 0,069 | 0,000 | 7,19 |
| <i>Experiência</i> | 0,013 | 0,000 | 1,32 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | 0,000 | 0,000 | -0,04 |
| <i>Sexo</i> | 0,386 | 0,000 | 47,05 |
| <i>Cor</i> | 0,097 | 0,001 | 10,18 |
| <i>Norte**</i> | -0,442 | 0,000 | -35,76 |
| <i>Nodeste**</i> | -0,502 | 0,000 | -39,47 |
| <i>Sul**</i> | 0,094 | 0,016 | 9,80 |
| <i>Centro-Oeste**</i> | 0,064 | 0,223 | 6,57 |
| <i>Empregados no Setor Público***</i> | 0,803 | 0,000 | 123,25 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada***</i> | 0,456 | 0,000 | 57,75 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria***</i> | -0,151 | 0,001 | -14,00 |
| <i>Empregadores***</i> | 0,663 | 0,000 | 93,98 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,012 | 0,000 | 1,25 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | 0,010 | 0,064 | 0,98 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | -0,007 | 0,525 | -0,72 |
| <i>Escolaridade do pai*Escolaridade dos filhos(as)</i> | 0,002 | 0,035 | 0,21 |
| Constante | -0,338 | 0,000 | 0,71 |
| <i>N</i> | 4830 | | |

*Para determinar o efeito de cada variável em termos percentuais, basta realizar o seguinte cálculo $[\text{Exp}(b)-1] \cdot 100$. Para encontrar o valor da constante, ou seja, o rendimento médio por hora (em R\$) independentemente das variáveis independentes, basta realizar o seguinte cálculo $\text{Exp}(b)$ (GUJARATI, 2000, p.172-173).

** Categoria de referência: Sudeste

*** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada

Tabela 3 – Interação entre escolaridade da mãe e escolaridade dos filhos(as)

| | Constante | Significância | Incremento percentual* |
|--|-----------|---------------|------------------------|
| <i>Escolaridade</i> | 0,069 | 0,000 | 7,14 |
| <i>Experiência</i> | 0,013 | 0,000 | 1,33 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | 0,000 | 0,000 | -0,04 |
| <i>Sexo</i> | 0,386 | 0,000 | 47,10 |
| <i>Cor</i> | 0,097 | 0,001 | 10,15 |
| <i>Norte**</i> | -0,443 | 0,000 | -35,78 |
| <i>Nodeste**</i> | -0,501 | 0,000 | -39,42 |
| <i>Sul**</i> | 0,094 | 0,016 | 9,80 |
| <i>Centro-Oeste**</i> | 0,062 | 0,238 | 6,35 |
| <i>Empregados no Setor Público***</i> | 0,800 | 0,000 | 122,54 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada***</i> | 0,456 | 0,000 | 57,70 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria***</i> | -0,152 | 0,001 | -14,06 |
| <i>Empregadores***</i> | 0,663 | 0,000 | 93,97 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,012 | 0,000 | 1,25 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | -0,011 | 0,301 | -1,09 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 0,011 | 0,059 | 1,11 |
| <i>Escolaridade da mãe*Escolaridade dos filhos(as)</i> | 0,002 | 0,015 | 0,24 |
| Constante | -0,332 | 0,000 | 0,72 |
| <i>N</i> | 4830 | | |

*Para determinar o efeito de cada variável em termos percentuais, basta realizar o seguinte cálculo $[\text{Exp}(b)-1] \cdot 100$. Para encontrar o valor da constante, ou seja, o rendimento médio por hora (em R\$) independentemente das variáveis independentes, basta realizar o seguinte cálculo $\text{Exp}(b)$ (GUJARATI, 2000, p.172-173).

** Categoria de referência: Sudeste

*** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada

5.3.Padrões de transmissão da origem familiar por sexo

Pela tabela 3, observamos que os retornos à escolaridade masculina são maiores do que os retornos à escolaridade feminina. Cada ano a mais de escolaridade dos homens aumenta em 8,08% os seus rendimentos e este incremento percentual para as mulheres é de 7,29%. Estes achados não se diferem de pesquisas econométricas anteriores (Strauss e Thomas, 1996; Resende e Wyllie, 2006; Guimarães, 2001), mas são contrários aos de Haller e Saraiva (1991) que encontraram que tanto o status ocupacional quanto os salários das mulheres dependem mais da educação.

Pelos nossos achados, as mulheres dependem mais do seu alcance ocupacional para a determinação dos rendimentos. Há evidências de estudos anteriores de que o status ocupacional das mulheres depende mais de sua aquisição educacional do que o status dos homens (HALLER e SARAIVA, 1991; AGUIAR, 2007). Está fora do escopo deste trabalho investigar o processo de alcance ocupacional.

Por fim, vale destacar que a escolaridade materna possui efeitos diretos sobre os rendimentos dos filhos (o mesmo não ocorre para as filhas) e a escolaridade paterna possui efeito direto sobre os rendimentos das filhas (o mesmo não ocorre para os filhos). Encontramos que cada ano a mais de escolaridade da mãe eleva, em média, 1,10% os rendimentos dos homens e que cada ano de escolaridade do pai eleva em 1,48% os rendimentos das mulheres.

As evidências mostram que há uma diferença na transmissão de status quando consideramos separadamente mãe e pai, filhos e filhas, mas ainda precisamos, de modo substantivo, entender por que as filhas dependem da educação do pai e por que os filhos dependem mais da educação das mães.

Como não há efeito direto da escolaridade da mãe sobre os filhos somente o termo interativo entre escolaridade dos pais e escolaridade dos filhos foi estimado para os homens. Do mesmo modo, como não há efeito direto da escolaridade do pai sobre as filhas, somente o termo interativo entre escolaridade das mães e escolaridade das filhas foi estimado para as mulheres (tabela 5).

Pela tabela 5, observamos que o termo interativo para os homens não foi estatisticamente significativo, mas o termo para as mulheres foi. Isto quer dizer, que a

escolaridade da mãe possui um efeito moderador entre a escolaridade das filhas e os seus rendimentos: cada ano a mais de escolaridade da mãe eleva em 0,29% o efeito da escolaridade das filhas sobre os rendimentos.

Tabela 4 – Efeitos diretos da escolaridade dos pais e das mães sobre homens e mulheres

| | HOMENS | | | MULHERES | | |
|--|-----------|---------------|------------------------|-----------|---------------|------------------------|
| | Constante | Significância | Incremento percentual* | Constante | Significância | Incremento percentual* |
| <i>Escolaridade</i> | 0,078 | 0,000 | 8,08 | 0,070 | 0,000 | 7,29 |
| <i>Experiência</i> | 0,015 | 0,000 | 1,52 | 0,012 | 0,000 | 1,17 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | -0,001 | 0,000 | -0,05 | 0,000 | 0,025 | -0,03 |
| <i>Cor</i> | 0,122 | 0,003 | 12,92 | 0,063 | 0,152 | 6,46 |
| <i>Norte**</i> | -0,462 | 0,000 | -36,97 | -0,424 | 0,000 | -34,55 |
| <i>Nodeste**</i> | -0,564 | 0,000 | -43,11 | -0,414 | 0,000 | -33,93 |
| <i>Sul**</i> | 0,160 | 0,003 | 17,30 | -0,005 | 0,929 | -0,49 |
| <i>Centro-Oeste**</i> | 0,115 | 0,111 | 12,24 | -0,011 | 0,886 | -1,06 |
| <i>Empregados no Setor Público***</i> | 0,820 | 0,000 | 127,15 | 0,792 | 0,000 | 120,88 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada***</i> | 0,461 | 0,000 | 58,63 | 0,489 | 0,000 | 63,13 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria***</i> | -0,069 | 0,334 | -6,66 | -0,240 | 0,000 | -21,30 |
| <i>Empregadores***</i> | 0,799 | 0,000 | 122,32 | 0,365 | 0,053 | 44,09 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,011 | 0,000 | 1,10 | 0,015 | 0,000 | 1,48 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | 0,005 | 0,499 | 0,49 | 0,019 | 0,013 | 1,90 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 0,020 | 0,012 | 1,98 | 0,004 | 0,575 | 0,45 |
| Constante | -0,005 | 0,956 | 1,00 | -0,384 | 0,000 | 0,68 |
| <i>N</i> | 2667 | | | 2163 | | |

*Para determinar o efeito de cada variável em termos percentuais, basta realizar o seguinte cálculo $[\text{Exp}(b)-1] \cdot 100$. Para encontrar o valor da constante, ou seja, o rendimento médio por hora (em R\$) independentemente das variáveis independentes, basta realizar o seguinte cálculo $\text{Exp}(b)$ (GUJARATI, 2000, p.172-173).

** Categoria de referência: Sudeste

*** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada

Tabela 5 – Efeitos interativo entre escolaridade dos pais e das mães e escolaridade dos filhos(as) sobre rendimentos

| HOMENS | | | |
|--|------------------|----------------------|-------------------------------|
| | Constante | Significância | Incremento percentual* |
| <i>Escolaridade</i> | 0,074 | 0,000 | 7,73 |
| <i>Experiência</i> | 0,015 | 0,000 | 1,52 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | -0,001 | 0,000 | -0,05 |
| <i>Cor</i> | 0,122 | 0,003 | 12,98 |
| <i>Norte**</i> | -0,458 | 0,000 | -36,73 |
| <i>Nodeste**</i> | -0,564 | 0,000 | -43,09 |
| <i>Sul**</i> | 0,163 | 0,003 | 17,66 |
| <i>Centro-Oeste**</i> | 0,118 | 0,104 | 12,50 |
| <i>Empregados no Setor Público***</i> | 0,818 | 0,000 | 126,55 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada***</i> | 0,463 | 0,000 | 58,83 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria***</i> | -0,070 | 0,324 | -6,80 |
| <i>Empregadores***</i> | 0,796 | 0,000 | 121,72 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,011 | 0,000 | 1,07 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | 0,004 | 0,573 | 0,41 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 0,008 | 0,602 | 0,79 |
| <i>Escolaridade do pai*Escolaridade dos filhos</i> | 0,001 | 0,344 | 0,13 |
| Constante | 0,029 | 0,764 | 1,03 |
| <i>N</i> | 2667 | | |
| MULHERES | | | |
| <i>Escolaridade</i> | 0,063 | 0,000 | 6,52 |
| <i>Experiência</i> | 0,012 | 0,000 | 1,17 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | 0,000 | 0,015 | -0,03 |
| <i>Cor</i> | 0,059 | 0,176 | 6,10 |
| <i>Norte**</i> | -0,413 | 0,000 | -33,82 |
| <i>Nodeste**</i> | -0,411 | 0,000 | -33,67 |
| <i>Sul**</i> | 0,005 | 0,933 | 0,46 |
| <i>Centro-Oeste**</i> | -0,007 | 0,931 | -0,65 |
| <i>Empregados no Setor Público***</i> | 0,787 | 0,000 | 119,68 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada***</i> | 0,489 | 0,000 | 63,08 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria***</i> | -0,242 | 0,000 | -21,51 |
| <i>Empregadores***</i> | 0,370 | 0,051 | 44,70 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,014 | 0,000 | 1,44 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | -0,009 | 0,567 | -0,91 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 0,004 | 0,633 | 0,38 |
| <i>Escolaridade da mãe*Escolaridade dos filhas</i> | 0,003 | 0,044 | 0,29 |
| Constante | -0,312 | 0,000 | 0,73 |
| <i>N</i> | 2163 | | |
| *Para determinar o efeito de cada variável em termos percentuais, basta realizar o seguinte cálculo $[Exp(b)-1]*100$. Para encontrar o valor da constante, ou seja, o rendimento médio por hora (em R\$) independentemente das variáveis independentes, basta realizar o seguinte cálculo $Exp(b)$ (GUJARATI, 2000, p.172-173). | | | |
| ** Categoria de referência: Sudeste | | | |
| *** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada | | | |

5.4.Padrões de transmissão da origem familiar por cor

Os retornos à escolaridade e à experiência dos brancos são maiores do que para os negros. O efeito do status ocupacional dos negros é menor do que o efeito do status ocupacional dos brancos. Não há evidências de efeito direto da educação do pai e da mãe separadamente por cor (tabela 6), ou seja, os padrões de transmissão da origem familiar não são diferentes entre brancos e negros.

Há barreiras raciais que impede que os negros atinjam posições ocupacionais mais elevadas, isto ocorre principalmente por barreiras na realização educacional dos negros. Ao contrário, as mulheres são mais escolarizadas do que os homens e seu alcance ocupacional depende mais dessa escolarização. Os negros encontram barreiras na realização educacional que vai definir a inserção no mercado de trabalho que, por sua vez, limita o alcance ocupacional e, conseqüentemente, seus rendimentos do trabalho (Hasenbalg, 1979; Ribeiro, 2006). O que observamos também, que na etapa final do processo de realização de status, na determinação dos rendimentos, os retornos à escolaridade dos negros sempre são menores do que os dos brancos. O impacto menor do status ocupacional dos negros pode ser explicado pelas próprias barreiras no início do processo de realização de status.

Hasenbalg (1979) mostra que a raça é o terceiro fator mais importante para o alcance educacional, atrás da escolaridade e ocupação do pai, e que este efeito decresce nas outras etapas do processo de realização de status. Para o alcance ocupacional e para a determinação da renda familiar as variáveis mais importantes são a escolaridade do indivíduo e a ocupação do pai, sendo a raça menos importante dentre os fatores analisados. O autor conclui que os negros estão expostos a um ciclo de desvantagens cumulativas em termos de mobilidade intra e intergeracional e sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de status.

Ribeiro (2006) encontra que as chances de mobilidade ascendente de pessoas com origens nas classes mais baixas são inteiramente determinadas pela origem de classe e a cor da pele não tem relevância, além disso, as chances de mobilidade descendente e de imobilidade de pessoas com origens nas classes mais altas são significativamente influenciadas pela cor da pele. Ou seja, não há desigualdade racial nas chances de mobilidade ascendente de pessoas com origem nas classes baixas, mas há desigualdade

racial nas chances de mobilidade descendente e de imobilidade de pessoas com origem nas classes altas.

Tabela 6 – Modelo V: Efeitos diretos da escolaridade dos pais e das mães sobre brancos e negros

| | BRANCOS | | | NEGROS | | |
|--|-----------|---------------|------------------------|-----------|---------------|------------------------|
| | Constante | Significância | Incremento percentual* | Constante | Significância | Incremento percentual* |
| <i>Escolaridade</i> | 0,077 | 0,000 | 7,99 | 0,071 | 0,000 | 7,40 |
| <i>Experiência</i> | 0,012 | 0,000 | 1,24 | 0,013 | 0,000 | 1,35 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | 0,000 | 0,036 | -0,03 | 0,000 | 0,000 | -0,05 |
| <i>Sexo</i> | 0,447 | 0,000 | 56,32 | 0,318 | 0,000 | 37,41 |
| <i>Norte**</i> | -0,502 | 0,000 | -39,44 | -0,400 | 0,000 | -32,97 |
| <i>Nodeste**</i> | -0,610 | 0,000 | -45,67 | -0,442 | 0,000 | -35,73 |
| <i>Sul**</i> | 0,050 | 0,334 | 5,07 | 0,123 | 0,051 | 13,08 |
| <i>Centro-Oeste**</i> | 0,048 | 0,587 | 4,96 | 0,085 | 0,183 | 8,85 |
| <i>Empregados no Setor Público***</i> | 0,604 | 0,000 | 82,93 | 1,001 | 0,000 | 172,16 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada***</i> | 0,375 | 0,000 | 45,53 | 0,531 | 0,000 | 70,11 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria***</i> | -0,135 | 0,071 | -12,62 | -0,162 | 0,006 | -14,92 |
| <i>Empregadores***</i> | 0,423 | 0,005 | 52,72 | 0,948 | 0,000 | 158,11 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,013 | 0,000 | 1,35 | 0,012 | 0,000 | 1,22 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | 0,013 | 0,099 | 1,32 | 0,009 | 0,208 | 0,91 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 0,013 | 0,131 | 1,30 | 0,011 | 0,172 | 1,09 |
| Constante | -0,305 | 0,001 | 0,74 | -0,365 | 0,000 | 0,69 |
| N | 2185 | | | 2645 | | |

*Para determinar o efeito de cada variável em termos percentuais, basta realizar o seguinte cálculo $[\text{Exp}(b)-1]*100$. Para encontrar o valor da constante, ou seja, o rendimento médio por hora (em R\$) independentemente das variáveis independentes, basta realizar o seguinte cálculo $\text{Exp}(b)$ (GUJARATI, 2000, p.172-173).

** Categoria de referência: Sudeste

*** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada

6. Considerações Finais

Para a estratificação social, saber o que as pessoas recebem em troca do que fazem é tão importante quanto saber o quê elas fazem. Os rendimentos do trabalho são um importante indicador de desigualdade econômica que interfere na capacidade das famílias em criar oportunidades para seus filhos. O que argumentamos neste artigo é que as diferenças encontradas entre os rendimentos do trabalho representam uma medida de desigualdade de resultado individual. Esta desigualdade se encontra na última etapa do processo de realização de status e significa parte dos fatores que definirá a origem social, para a futura geração.

Neste artigo, investigamos os retornos educacionais sobre os rendimentos do trabalho dos indivíduos, segundo os diferentes níveis educacionais dos pais e das mães separadamente por sexo e cor dos filhos.

Encontramos que a escolaridade do pai e da mãe afetam positivamente os rendimentos dos indivíduos. A primeira conclusão é de que há efeitos diretos da origem familiar sobre os rendimentos e que o efeito da escolaridade da mãe é ligeiramente superior ao da escolaridade do pai.

Os achados também confirmaram a hipótese levantada de que tanto a escolaridade do pai quanto a escolaridade da mãe possui um efeito moderador sobre a escolaridade dos filhos, independentemente de outras características. Porém, a escolaridade da mãe possui um efeito moderador apenas sobre somente a escolaridade das filhas na determinação dos rendimentos.

Não encontramos efeito direto da escolaridade da mãe sobre os rendimentos dos filhos, nem efeito direto da escolaridade do pai sobre os rendimentos das filhas. Este achado sugere que há diferenças no padrão de transmissão de status entre homens e mulheres e que este padrão pode estar ligado a quem transmite a herança familiar. Em relação aos grupos de cor, os padrões de transmissão não são diferentes.

Em suma, verificamos que os níveis educacionais do pai e da mãe afetam positivamente os rendimentos dos indivíduos, confirmando a hipótese 1; as hipóteses 2 e 3 foram refutadas parcialmente, uma vez que a escolaridade do pai possui um efeito moderador sobre a escolaridade apenas dos homens e a mãe somente para as mulheres e a escolaridade dos pais não apresentou efeito moderador sobre os grupos de cor;

7. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Neuma; FERNANDES, Danielle; NEVES, Jorge Alexandre. Mobilidade Social Feminina. In: AGUIAR, Neuma. **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 297.

BECKER, G. **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education**. New York: NBER/Columbia University Press, 1964.

BELLER, E. Bringing intergenerational social mobility research into the twenty-first century: why mothers matter. *American Sociological Review*, v. 74, n. 4, p.507-528, 2009.

BLAU, Peter e DUNCAN, Otis. **The American Occupational Structure**. New York: John Wiley & Sons, 1967. 512p.

BLAU, P.; DUNCAN, O. Measuring the Status of Occupations. In: GRUSKY, David (Org.). **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, 1994. p.204-208.

BOURDIEU, P. **Economia das Trocas Simbólicas**. 5ªed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2003.

BOWLES, S.; GINTIS, H. (2000) Does Schooling Raise Earnings by Making People Smarter? In: ARROW, K. et alii (orgs). **Meritocracy and Economic Equality**. Princeton – NJ: Princeton University Press, 2000.

COELHO, Allexandro Mori; CORSEUIL, Carlos Henrique. Diferenças Salariais no Brasil: um breve panorama. In: CORSEUIL, Carlos Henrique (Ed.). **Estrutura Salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, p.67-99.

COLLINS, R. **The Credential Society: An Historical Sociology of Education and Stratification**. New York: Academic Press, 1979.

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. Alguns Princípios da Estratificação Social. In: VELHO, Otávio et alii (org.). **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 114-132.

DUNCAN, O. D. Methodological Issues in Analysis of Social Mobility. In: SMELSER, N. J.; LIPSET, S.M. **Social Structure and Mobility in Economic**. Chicago: Aldine, 1966. p.51-97.

FEATHERMAN, D.L.; HAUSER, R.M. Prestige or Socioeconomic Scales in the Study of Occupational Achievement? In: GRUSKY, David (Org.). **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, 1994. p.271-272.

FERREIRA, Francisco H. G. Determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (org.) **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

GUIMARÃES, J.F. Changes in the earnings distribution in Brazil, 1986-1995: human capital and institutional factors. **Anais XXIII Encontro Brasileiro de Econometria**, 2001.

GUJARATI, Damodar. **Econometria Básica**. 3.e.d. São Paulo: Makron Books. 2000. 846p.

GRANOVETTER, Mark. Toward a Sociological Theory of Income Differences. In: BERG, Ivar (Ed.). **Sociological perspectives on labor markets**. New York: Academic Press, 1981. 347p.

HALLER, A.; PORTES, A. Status attainment process. **Sociology of Education**, v.46, p. 51-91, 1969.

HALLER, A.; SARAIVA, H. Ascription and Status Transmission in Brazil. In: SCOVILLE, J. **Status Influences in the Third World Labor Market: caste, gender and custom**. New York: Walter de Gruyter, 1991. p.65-93.

HASENBALG, C.A. **Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAUSER, R.M.; WARREN, J.R. Socioeconomic Indexes for Occupations: a Review, Update and Critique. **CDE Working Paper No. 96-01**. Center for Demography and Ecology University of Wisconsin-Madison, 1996. Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/cde/cdewp/96-01.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

HELAL, D. **A Dinâmica da Estratificação Social no Setor Público Brasileiro: meritocracia ou reprodução social?** 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-7FZV43/1/tese_vers_o_final.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

LAM, David; SCHOENI, Robert F. Effects of Family Background on Earnings and Returns to Schooling: Evidence from Brazil. **Journal of Political Economy**, n. 4, v. 101, august 1993.

LANGONI, C. G. **Distribuição da renda e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LINTON, R. **O Homem: uma introdução à antropologia**. 3.e.d. São Paulo: Martins Fontes, 1959. 535p.

MINCER, J. Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of Political Economy**, 66(4): 281-302, 1958.

MINCER, J. **Schooling, Experience and Earnings**. New York: NBER Press, 1974.

NUNES, Luciana Neves; KLUCK, Mariza Machado; FACHEL, Jandyra Maria Guimarães. Comparação de métodos de imputação única e múltipla usando como exemplo um modelo de risco para mortalidade cirúrgica. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 13, n. 4, Dec. 2010.

PARSONS, Talcott. Equality and Inequality in Modern Society, or Social Stratification Revisited. **Sociological Inquiry**, volume 40, issue 2, p.13-72, april 1970.

PARSONS, Talcott. **O Sistema das Sociedades Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1974. 189p.

RAMOS, Lauro; REIS, Maurício. A escolaridade dos pais, os retornos à educação no mercado de trabalho e a desigualdade de rendimentos. **Ipea**, 2009 (Texto para Discussão, n. 1442).

RAMOS, Lauro. Desigualdade de Rendimentos do Trabalho no Brasil, de 1995 a 2005. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (orgs). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. Volume 2, p.267-284.

RESENDE, Marcelo; WYLLIE, Ricardo. Retornos para educação no Brasil: evidências empíricas adicionais. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, Sept. 2006 .

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 4, 2006, pp. 833 a 873.

SILVA, Nelson do Valle. O Esquema Analítico e a Classificação Ocupacional. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2003. PP.37-54.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOROKIN, P. Social and Cultural Mobility. In: GRUSKY, David (Org.). **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, 2001, p. 303-308.

STATA CORP. **Stata: Release 12. Statistical Software**. College Station, TX: StataCorp LP, 2011.

STRAUSS, J.; THOMAS, D. Wages, schooling and background: investments in men and woman in urban Brazil. In: **Opportunity foregone: educational in Brazil**. Washington, BID, 1996. pp.193-214.

THUROW, Lester C. **Generating Inequality: mechanisms of distribution in the U. S. economy**. New York: Basic Books, 1975.

THUROW, Lester C. Educational and Economic Equality. In: KARABEL, J.; HALSEY, A. **Power and Ideology in Education**. Nova York: Oxford University Press, 1977.

TREIMAN, D.J.. Occupational Prestige in Comparative Perspective. In: GRUSKY, David (Org.). **Social Stratification: Class, Race and Gender in Sociological Perspective**. Bolder: Westview Press, 1994, p. 208-211.

TREIMAN, Donald. Industrialization and Social Stratification. **Sociological Inquiry**, Volume 40, Issue 2, p. 207–234, April 1970.

VILELA, E. M. **Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/VCSA-874KJ4/1/tesefinal_elaine.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

WARREN, J.R.; SHERIDAN, J.T.; HAUSER, R.M. Choosing a Measure of Occupational Standing: How Useful are Composite Measures in Analyses of Gender Inequality in Occupational Attainment? **Sociological Methods & Research**, n.27 (1), p.3-76, 1998.

XAVIER, F. P.; TOMÁS, M. C.; FERNANDES, D. C. Fatores Econômicos e Estrutura Social: a escolaridade como fator explicativo para o diferencial de salários no Brasil. In: NEVES, J.A.; FERNANDES, D.C.; HELAL, D.H. (orgs). **Educação, trabalho e desigualdade social**. Belo Horizonte, Argumentvm, 2009, p. 67-96.

XAVIER, F.P. **Transmissão Intergeracional de Status, Mercados Regionais, Setores e Crescimento Econômico no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/soa/site/files/tese/Arquivo_32.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2012.

APÊNDICE

Tabela 7 – Casos válidos e ausentes por variáveis

| | Casos válidos | Ausentes | Total | % Ausentes |
|---|---------------|----------|-------|------------|
| <i>Escolaridade</i> | 4719 | 111 | 4830 | 2,30 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | 4199 | 631 | 4830 | 13,06 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 3475 | 1355 | 4830 | 28,05 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação atual</i> | 4783 | 47 | 4830 | 0,97 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação do pai</i> | 3773 | 1057 | 4830 | 21,88 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação da mãe</i> | 2391 | 2439 | 4830 | 50,50 |

Tabela 8 – Modelos de regressão linear múltipla sem imputação sem ISEI do pai e da mãe e com ISEI do pai e da mãe

| | Modelo sem ISEI do pai e da mãe | | Modelo com ISEI do pai e da mãe | |
|---|---------------------------------|---------------|---------------------------------|---------------|
| | Coefficientes | Significância | Coefficientes | Significância |
| <i>Escolaridade</i> | 0,074 | 0,000 | 0,074 | 0,000 |
| <i>Experiência</i> | 0,013 | 0,000 | 0,014 | 0,000 |
| <i>Experiência ao quadrado</i> | 0,000 | 0,000 | 0,000 | 0,012 |
| <i>Sexo</i> | 0,378 | 0,000 | 0,396 | 0,000 |
| <i>Cor</i> | 0,125 | 0,001 | 0,122 | 0,040 |
| <i>Norte*</i> | -0,419 | 0,000 | -0,439 | 0,000 |
| <i>Nordeste*</i> | -0,502 | 0,000 | -0,492 | 0,000 |
| <i>Sul*</i> | 0,059 | 0,205 | 0,185 | 0,011 |
| <i>Centro-Oeste*</i> | 0,024 | 0,734 | 0,023 | 0,840 |
| <i>Empregados no Setor Público**</i> | 0,730 | 0,000 | 0,664 | 0,000 |
| <i>Empregados com Carteira Assinada**</i> | 0,422 | 0,000 | 0,374 | 0,000 |
| <i>Trabalhadores por Conta-Própria**</i> | -0,111 | 0,060 | -0,129 | 0,140 |
| <i>Empregadores**</i> | 0,600 | 0,000 | 0,601 | 0,002 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação Atual</i> | 0,013 | 0,000 | 0,011 | 0,000 |
| <i>Escolaridade da mãe</i> | 0,013 | 0,043 | 0,012 | 0,222 |
| <i>Escolaridade do pai</i> | 0,014 | 0,022 | 0,021 | 0,029 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação do pai</i> | | | -0,002 | 0,492 |
| <i>Índice Socioeconômico da Ocupação da mãe</i> | | | 0,004 | 0,190 |
| Constante | -0,356 | 0,000 | -0,385 | 0,003 |
| <i>N</i> | 3101 | | 1428 | |
| <i>R2 ajustado</i> | 0,399 | | 0,386 | |

* Categoria de referência: Sudeste

** Categoria de referência: Empregados sem Carteira Assinada